

Itariri

Índios rejeitam despacho de Montoro

Com toda pompa e festividade, o governador Franco Montoro comemorou o "Dia do Índio", no último 19 de abril, no Palácio dos Bandeirantes, assinando um despacho que reconhece a demarcação de terras indígenas nas aldeias de Itariri, no Vale do Ribeira, e Morro da Saudade e Crucutu, ambas às margens da Represa Billings. Em meio às luzes e câmeras de televisão, dezenas de entrevistas e discursos, autoridades, parlamentares e representantes da comunidade indígena, como o cacique Antônio Branco, de Itariri, e Ailton Krenak, da União das Nações Indígenas, não pouparam os elogios e agradecimentos a Montoro. "Esse ato deveria ser imitado pelos governadores de todo o país", dizia Ailton Krenak.

Pouco depois, no entanto, os índios da aldeia de Itariri se davam conta de que apenas a assinatura de um despacho não seria suficiente para lhes garantir a devolução de suas terras, já que esse ato não prevê solução para o problema de quatro lotes titulados pelo governo que estão localizados dentro da reserva indígena. Sentindo-se traídos e enganados, os índios protestaram pelo fato de Montoro não ter assinado um decreto, ao invés do despacho, que completasse o trabalho de demarcação, reconhecendo oficialmente a reserva indígena e concretizando ainda a desapropriação dessas quatro áreas. O simples reconhecimento das demarcações pelo governo estadual deverá ser homologado pela FUNAI, que decretará a reserva das três aldeias, possibilitando, a partir daí, o registro das áreas no SPU — Serviço de Patrimônio da União.

A assessoria jurídica do governador Montoro afirmou que o decreto apenas não foi elaborado em virtude de ainda estar pendente a questão das quatro áreas titulares dentro da reserva de Itariri, mas assegurou que o despacho já é suficiente para garantir a terra aos índios. O assessor do governador, Eduardo Muylaert, garantiu, em entrevista à imprensa, que o despacho do governador tem o mesmo valor jurídico do decreto de delimitação e que esse ato significa que as terras da aldeia de Itariri estão definitivamente demarcadas, não cabendo qualquer recurso contra essa decisão. Procurado pelo "O São Paulo", Muylaert não quis falar sobre o assunto e passou o caso para a Sudelpa.

O coordenador técnico da Sudelpa (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista), Ivan Carlos Maglio, por sua vez, diz que o decreto de desapropriação dos quatro lotes situados na área indígena já está sendo encaminhado pela PPI — Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e, no máximo, dentro de um mês, a questão estará resolvida. Bastaria, em seguida, como afirmou Ivan, a FUNAI ratificar a medida do governo do Estado, reconhecendo defini-



Fotos: Regina Villela

Alberto e Jussara, do CIMI, acreditam que o despacho não resolve o problema dos índios



O cacique Antonio Branco se sentiu enganado e traído

tivamente a reserva indígena. Já a coordenadora da Equipe de Terras da Sudelpa, Adriana Matoso, admite que o "encaminhamento meio rápido e corrido" dispensado à questão não possibilitou a obtenção de dados precisos e estudos mais aprofundados para a elaboração do decreto. O governo não queria "deixar passar em brancas nuvens" o dia 19 de abril e, por essa razão, fez apenas o que foi possível naquele momento. "Mas o governo vai garantir o decreto de desapropriação e, nesse sentido, já estamos retomando a discussão com a assessoria do governador", disse Adriana.

INDEFINIÇÕES

As afirmações contraditórias e as indefinições em torno da questão deixaram os índios apreensivos e receosos. O cacique Antônio Branco, 85 anos, que desde 1933 vem lutando para garantir a posse dos guaranis,

disse que "se soubesse de tudo isso, não teria ido servir de enfeite no palácio". Alberto Capucci e Jussara Maria Rezende, missionários indigenistas do CIMI (Conselho Missionário Indigenista), entidade que, ao lado das Dioceses de Santos e Registro, tem prestado apoio aos índios e batalhado pela demarcação das terras indígenas, garantiram que há mais de um ano vêm reivindicando uma solução jurídica e administrativa para os 11 lotes existentes na área indígena, num total de 809 hectares. Dos 11 lotes, sete tiveram seus contratos cancelados após uma vitória do IAF — Instituto de Assuntos Fundiários, já que não haviam sido titulados. Os outros quatro ficaram pendentes. "É necessário o decreto de desapropriação por parte do governo, senão a situação vai continuar a mesma", diz Alberto Capucci.

Dois desses lotes — os de N.os 30 e 47 — estão nas mãos do fazendeiro Waldemar Alves

da Silva, o "Waldemar Balano", que diz ter comprado a terra de terceiros, em 1954. O número 13 foi adquirido pelo ex-secretário de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, para ser doado aos índios, mas, por questões burocráticas, a entrega não foi consumada até o momento. No lote 17, o agricultor Raymundo dos Santos, o "seu Santo Carvoeiro", como é conhecido, que realmente está na área há 30 anos e foi colocado ali pelo antigo Departamento de Migração e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado, após ser despejado juntamente com mais 30 lavradores de uma área em Peruibe, deseja fazer "um negócio justo". Raymundo é o único dos que receberam títulos de propriedade que realmente cultivou a área, como previa o decreto 5.824, de três de fevereiro de 1933, que autorizou a Secretaria de Agricultura a fazer concessões de lotes de terras consideradas devolutas.

GILBERTO NASCIMENTO